



**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º , DE 2019**  
**(Do Sr. Jesus Sérgio)**

“Solicita informações à Senhora Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, acerca das políticas públicas do governo federal para o combate à desigualdade racial e o preconceito no Brasil”.

Senhor Presidente:

No exercício das competências, prerrogativas e responsabilidades insertas nos artigos 49, X e 50, §2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que sejam solicitadas informações à Senhora Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, acerca das políticas públicas do governo federal para o combate à desigualdade racial e o preconceito no Brasil, devendo ser respondidas especificamente as seguintes indagações:

- a) Quais são as políticas públicas implementadas pelo governo federal para o combate à desigualdade racial e o preconceito no Brasil?
- b) O governo federal está elaborando alguma proposta de mudança na legislação brasileira capaz de contribuir no combate à desigualdade racial e o preconceito?
- c) Qual o valor previsto e qual o valor efetivamente executado no Orçamento da União em 2019 para o combate à desigualdade racial e o preconceito?
- d) Qual o valor previsto no Orçamento da União em 2020 para o combate à desigualdade racial e o preconceito no Brasil?



## **JUSTIFICAÇÃO**

O IBGE publicou durante o mês de novembro/2019, o estudo intitulado “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil” comprovando que a população negra é a maioria entre os desempregados, recebe menos, tem menor representação parlamentar e é a principal vítima de homicídios.

Quando o assunto é mercado de trabalho, por exemplo, pretos e pardos representam 64,2% dos desempregados e 66,1% dos chamados subutilizados.

A desigualdade se revela também no item distribuição de renda. Os pretos ou pardos representam 75,2% do grupo populacional que têm os menores rendimentos. E são apenas 27,7% dos 10% da população com maior renda.

O portal Nexo transformou os dados da pesquisa em gráficos. A única boa notícia da pesquisa é de que, pela primeira vez na história do país, o número de matrículas de estudantes negros e pardos nas universidades e faculdades públicas no Brasil ultrapassou o de brancos, representando 50,3% dos estudantes do ensino superior da rede pública.

O levantamento revela ainda que a população negra e parda está melhorando seus índices educacionais de acesso e permanência. Segundo o IBGE, a melhoria destes índices é reflexo de políticas públicas, como o sistema de cotas criado no governo Lula.

Com base nessas afirmações solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e peço à Senhora Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos que envie, no mais breve prazo possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 2019.

**JESUS SÉRGIO**  
**Deputado Federal – PDT/AC**